

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano C • Nº 191

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 19 de outubro de 2023

Visita do ministro dos Direitos Humanos a Pernambuco motiva debate no Plenário

Desabastecimento de água no Agreste e Festival de Inverno foram outros temas abordados

FOTOS: ROBERTO SOARES



DIREITOS HUMANOS – “Governo Lula está mais preocupado em investir na bandidagem”, acusou Joel da Harpa



PRESÍDIO – Dani Portela relatou ter acompanhado a visita como presidente da Comissão de Cidadania da Alepe



AGRESTE – Edson Vieira denunciou atraso no pagamento de pipeiros que abastecem municípios da região



CULTURA – João Paulo se disse preocupado com a gestão do Festival de Inverno de Garanhuns, no Agreste

O Plenário da Alepe repercutiu ontem a visita do ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida, ao Complexo Prisional do Curado, no Recife. O deputado Joel da Harpa (PL) foi à tribuna lamentar que a agenda do gestor em Pernambuco não tenha incluído um momento de atenção aos profissionais de segurança pública. Por sua vez, a presidente da Comissão de Cidadania da Alepe, Dani Portela (PSOL), explicou os objetivos da vistoria, acompanhada por ela.

Na avaliação de Joel da Harpa, a prioridade do ministério é cuidar dos que cometem crimes. “Parece que o Governo Lula está mais pre-

ocupado em investir na bandidagem, nos presídios, na melhoria da condição de vida dos que estão detidos, em vez de dar atenção aos profissionais de segurança. Que o ministro retorne ao Estado para visitar quartéis e delegacias”, cobrou.

O entendimento foi compartilhado pelos deputados Pastor Júnior Tércio (PP) e Coronel Alberto Feitosa (PL), que se manifestaram em apertes. “É uma situação que nos desperta muita indignação”, posicionou-se o primeiro. “O ministro deveria antes ter o cuidado de ir no Hospital da Restauração ou visitar a família de algum policial que foi vítima da criminalidade”, acrescentou Feitosa.

Dani Portela discordou do ponto de vista, também em aparte. Segundo a parlamentar, a primeira visita do ministro ao Estado, há pouco mais de um mês, foi dedicada a uma unidade do Centro Comunitário da Paz (Compaz), iniciativa da Prefeitura do Recife que atua de forma integrada na prevenção à violência.

Sobre a ida ao Complexo do Curado, a psolista informou que representantes do Governo do Estado, Tribunal de Justiça de Pernambuco, Ministério Público, além da Alepe, foram verificar se o espaço vem se adequando às exigências feitas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2018. Na oca-

sião, a organização verificou uma série de problemas no presídio, entre eles tortura e superlotação.

DESABASTECIMENTO

Problemas envolvendo o abastecimento de água no Agreste Setentrional pautaram a fala de Edson Vieira (União). O deputado cobrou da Compesa a regularização de pagamentos a pipeiros da região, que estariam há sete meses sem receber. Segundo ele, são mais de 100 caminhões-pipa que abastecem cerca de 15 cidades, levando água a escolas, hospitais e órgãos públicos.

O deputado também questionou a suspensão da Operação Carro-Pipa, do Exército Brasileiro, na zona rural de

Santa Cruz do Capibaribe. Ele ressaltou que, em março deste ano, o município decretou estado de emergência devido à estiagem, mas as operações do Exército na região estão paralisadas desde abril.

FESTIVAL DE INVERNO

Durante o Pequeno Expediente, João Paulo (PT) mencionou problemas relacionados ao Festival de Inverno de Garanhuns (FIG). Ele destacou uma petição feita ao Ministério Público por cinco vereadores da cidade de Garanhuns, no Agreste Meridional, para apurar a legalidade e o potencial de danos da proposta de transferência da gestão do evento do Governo do Estado para o município,

como pretende fazer o prefeito da cidade. “Manifesto minhas preocupações com o destino de um festival que, com todas as dificuldades, ainda é uma referência para o Brasil”.

O parlamentar ainda citou matéria de um blog em que foi chamado de “metamorfose ambulante” por ter contrariado a orientação do partido e votado a favor do Veto Parcial da governadora Raquel Lyra ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO). O deputado disse que avaliou o cenário baseado na experiência de 52 anos de militância política e comemorou o título recebido.

Continua na página 2

Continuação da página 1

DEBATE

O deputado Renato Antunes (PL) anunciou uma nova data para a audiência pública que vai debater o projeto de instalação da Escola de Sargentos em Pernambuco. Coordenador de uma frente parlamentar que acompanha esse processo, o deputado defendeu a participação dos membros do Parlamento e da população no evento, agendado para as 10h do dia 6 de novembro.

O empreendimento inclui a construção de vila olímpica, vila militar e estande de tiro em uma área de 75 km², que abrange os municípios de Abreu e Lima, Araçoiaba, Camaragibe, São Lourenço da Mata e Igarassu, na Região Metropolitana do Recife, e Paudalho, na Mata Norte. “É uma iniciativa de grande magnitude em termos de recursos investidos, empregos gerados e legados deixados para a população”, opinou.

SAÚDE

Os 50 anos do Programa Nacional de Imunizações (PNI) foram celebrados no discurso de Socorro Pimentel (União). Autora de uma sessão solene para marcar a data, a parlamentar voltou a registrar a importância das campanhas de vacinação no Brasil para a preservação de vidas e melhoria da



SAÚDE – Socorro Pimentel elogiou o Programa Nacional de Imunizações criado há cinco décadas

saúde pública. “Ao longo de cinco décadas, o programa vem ampliando escopo e abrangência, oferecendo vacinas seguras e gratuitas para todas as faixas etárias”, afirmou.

A parlamentar aproveitou para destacar o Projeto de Lei (PL) nº 934/2023, de autoria dela, que visa instituir a campanha estadual de vacinação nas escolas públicas pernambucanas, a fim de elevar a cobertura imunológica da população.

ATOS GOLPISTAS

O pedido de indiciamento do ex-presidente Jair

Bolsonaro no relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos Golpistas foi criticado pelo Coronel Alberto Feitosa. O documento foi apresentado na última terça (17) pela relatora do colegiado, senadora Eliziane Dias (PSD-MA). Para o deputado, a justificativa da decisão é “absurda”.

“Ela cria um motivo para o indiciamento do presidente Bolsonaro: ‘influenciar moralmente os atos do dia 8 de janeiro’. Eu nunca vi ninguém, até hoje, ser indiciado na legislação penal brasileira por esse artigo”,

ironizou. O parlamentar acrescentou que o relatório denunciou pessoas que não chegaram a ser ouvidas pela comissão, deixando de fora ministros e autoridades da gestão atual. Em aparte, Renato Antunes avaliou o documento como parcial, sem viés jurídico e de cunho político-eleitoral.

VETERANOS

O deputado Eriberto Filho (PSB) destacou o Dia Estadual dos Veteranos das polícias civil, militar, penal, além do Corpo de Bombeiros Militar, celebrado no dia 18 de outubro. O deputado

pediu a valorização da categoria e afirmou o compromisso da Alepe em apoiar aqueles que trabalham para proteger a população. “Temos o dever de dialogar permanentemente com o Governo do Estado e com as instituições responsáveis pela efetivação da segurança pública, de modo a garantir que elas tenham condições necessárias para cumprir tão digna missão”, pontuou.

PARQUES DE DIVERSÕES

Na Comunicação de Lideranças, João Paulo Costa (PCdoB) informou ter

apresentado um projeto de lei buscando garantir a segurança dos frequentadores de parques de diversões em Pernambuco. A iniciativa, que ainda vai tramitar pelas comissões da Alepe, quer obrigar os responsáveis por estes estabelecimentos a realizarem inspeções rotineiras em todos os equipamentos abertos ao público. Motivada pelo recente acidente envolvendo uma mulher em um parque de Olinda, a proposta ainda estabelece o pagamento de multas, entre R\$ 10 mil e R\$ 100 mil, em caso de descumprimento da ação de segurança.



HOMENAGEM – Eriberto Filho celebrou o Dia Estadual dos Veteranos das forças de segurança



SEGURANÇA – João Paulo Costa apresentou projeto que busca garantir vistorias em brinquedos

Municípios

Comissão debate limites entre Alagoinha, Pesqueira e Venturosa

Possíveis ajustes nos limites dos municípios de Alagoinha e Pesqueira, no Agreste Central, e de Venturosa, no Agreste Meridional, foram alvo de uma reunião na Comissão de Assuntos Municipais da Alepe. O encontro aconteceu ontem e teve a participação dos prefeitos das três cidades, além da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe Fidem).

O diretor-presidente da

Agência, Jaime Antônio de Oliveira Prado, explicou que o IBGE utilizou equipamentos vinculados a coordenadas geográficas no último censo, encerrando a tradição de autodeclaração dos moradores na hora de contar a população. Isso acirrou um problema que já existia: territórios emancipados por leis antigas, com descrição de marcos que mudaram ao longo do tempo ou nem existem mais.

A partir do conflito pro-

vocado pelo prefeito de Alagoinha, Uilas da Silva, a Condepe Fidem apresentou um mapa com os acréscimos e perdas propostas, mas o prefeito de Venturosa, Eudes Cavalcanti, acredita que são necessários mais trabalhos de campo para fixar corretamente os marcos. “Estamos perdendo uma área com casas que, com certeza, será de Venturosa. Acho que deveria ser feito um estudo in loco”, afirmou.



FOTO: NANDO CHIAPPETTA

PARTICIPAÇÃO – Colegiado de Assuntos Municipais discutiu os limites territoriais com três prefeitos de cidades do Agreste

ESFORÇO

Também presente à reunião, o prefeito de Pesqueira, Sebastião Leite da Silva Neto, destacou dificuldades relativas à grande extensão territorial do município. Os três gestores concordaram em fazer um esforço conjunto para confrontar os marcos oficiais

com as comunidades atingidas, repassar o que ficar acertado para a Condepe Fidem e, por fim, encaminhar os novos traçados para a Alepe.

O presidente do Colegiado de Assuntos Municipais, deputado José Patriota (PSB), alertou para a necessidade de considerar o

desejo da população na hora de fechar o acordo. “Eu recomendo sempre aos prefeitos: prestem atenção no que o povo quer também, porque não adianta aqui a gente tomar a melhor decisão para nós. No fim das contas, quem tem força e decisão é a população”.

Secretário apresenta proposta orçamentária e planos de investimentos do Estado

Governo de Pernambuco prevê, para o próximo ano, um orçamento fiscal de R\$ 47,26 bilhões

Restrições fiscais impedem avanços em políticas públicas em 2024, mas o Governo tem a perspectiva de aumentar investimentos nos próximos anos, afirmou o secretário de Planejamento e Gestão de Pernambuco, Fabrício Marques. Ele apresentou ontem, perante a Comissão de Finanças da Alepe, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2024 do Governo do Estado, e o Plano Plurianual (PPA) que estará vigente de 2024 até 2027.

A proposta apresentada pelo Poder Executivo para a LOA do próximo ano prevê um orçamento fiscal de R\$ 47,26 bilhões, dos quais R\$ 4,57 bilhões são em investimentos. Outro R\$ 1,1 bilhão está programado para investimentos das empresas estatais estaduais, como Compesa, Porto de Suape e Copergás.

O secretário destacou na apresentação o aumento da dotação orçamentária para as áreas de Saúde, Educação, Segurança Pública e Assistência Social. “Saúde terá um orçamento de R\$ 9,5 bilhões, com um aumento de R\$ 1,8 bilhão, por exemplo”, apontou.

DEMANDAS

Parlamentares levaram questionamentos e demandas para o Poder Executivo. O deputado Coronel Alberto Feitosa (PL) argumentou que os setores de Saúde e Segurança Pública poderiam receber mais investimentos por causa da situação emergencial dessas áreas.

“Observamos uma piora nos índices de segurança pública mês a mês, com aumento de 43,7% da violência no mês de setembro, com crimes à luz do dia. Além destes episódios, a gente assiste imagens nas redes sociais de

uma situação calamitosa dos maiores hospitais de Pernambuco”, argumentou Feitosa. Na área de Saúde, o deputado salientou que, dos R\$ 4,5 bilhões em investimentos previstos no PPA para o período 2024-2027, apenas R\$ 350 milhões estão previstos para o ano que vem.

Em resposta a esse questionamento, Fabrício apontou que há dificuldades operacionais para aumentar investimentos ainda no ano que vem, pela necessidade de realizar licitações e fazer reformas em grandes hospitais que não podem ser fechados por conta da alta demanda.

As cobranças por recursos para Saúde e Segurança Pública foram reiteradas pelo deputado Rodrigo Farias (PSB). Por sua vez, Socorro Pimentel (União) e Edson Vieira (União) defenderam uma maior regionalização do atendimento de alta complexidade na área de Saúde para evitar o sobrecarregamento dos estabelecimentos atuais. Henrique Queiroz Filho (PP) solicitou que as possíveis alterações no orçamento a serem apresentadas pelos parlamentares tenham auxílio técnico da Seplag para avaliar o impacto das mudanças. João de Nadege (PV) manifestou confiança na gestão da governadora Raquel Lyra para efetivação das propostas apresentadas.

PERSPECTIVAS

Fabrício Marques observou que a proposta de investimentos apresentada no PPA para os próximos quatro anos “é um piso, não um teto”. “No caso da Saúde, se tivermos velocidade nas obras, podemos suplementar o orçamento em 2024 para conseguir investir mais”, informou. “Estamos trazendo no PPA investimentos para



FOTOS: PAULO PEDROSA

GESTÃO PÚBLICA – A Comissão de Finanças ouviu explicação do secretário estadual de Planejamento, Fabrício Marques



CRÍTICA – Coronel Alberto Feitosa cobrou mais recursos para a saúde e a segurança

todos os setores de quase R\$ 13 bilhões”, complementou.

“Mas o PPA pode ser revisado a cada ano, e eu tenho certeza que, com o esforço do Governo para atrair novos negócios, Pernambuco vai ter um crescimento econômico mais robusto do que teve nos últimos anos. Isso naturalmente vira receita de impostos, o que permite atualizar o nosso panorama de investimento para os próximos quatro anos”, previu o secretário.

RESTRIÇÕES FISCAIS

Na avaliação de Fabrício Marques, o cenário fiscal é responsável pelas restrições que o Governo ainda terá em 2024. “O Estado está tendo uma queda de arrecadação em relação ao ano passado, que em parte veio da mudança de legislações federais em relação ao ICMS. Também

fomos impactados muito fortemente pela queda do FPE (Fundo de Participação dos Estados), que representa um terço da receita líquida”, apontou.

Fabrício Marques afirmou, ainda, que a gestão atual herdou um forte aumento de despesas de pessoal da gestão anterior. “A folha de pagamentos tem quase R\$ 1,5 bilhão a mais em relação ao ano anterior”. Segundo o gestor, a perspectiva é que Pernambuco tenha um comprometimento de 97% do limite para gastos de pessoal previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mesmo sem reajuste para os servidores.

Além disso, o serviço da dívida (valores que o Estado paga para quitar empréstimos) será mais alto em 2023 e 2024. Segundo o secretário, o valor a ser pago de emprés-

timos terá uma expansão de R\$ 700 milhões em 2024, alcançando R\$ 2,5 bilhões.

SUBESTIMAÇÃO DE RECEITAS

Ainda segundo Fabrício Marques, o orçamento aprovado em 2023 subestimou as receitas e despesas reais em cerca de R\$ 7 bilhões. Ele avalia que o orçamento aprovado gerou dificuldade de gestão e obrigou o Governo a enviar projetos pedindo créditos suplementares à Alepe neste ano.

Dois desses projetos que reajustam o orçamento de diferentes órgãos foram aprovados ontem pela Comissão de Finanças. O Projeto de Lei de nº 1077/2023 aumenta em R\$ 722,5 milhões a dotação para repasses obrigatórios aos municípios, e em R\$ 1,7 mi-

lhão o montante destinado ao Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (Fehis). Já a proposição de nº 1168/2023 acrescenta R\$ 119,4 milhões ao orçamento da Secretaria de Educação.

TRAMITAÇÃO

Presidente da Comissão de Finanças, a deputada Débora Almeida (PSDB) informou que o colegiado deverá realizar reuniões com secretários de alguns setores prioritários. Entre eles está a Secretaria de Saúde, que terá 50% dos recursos de emendas parlamentares em 2024, e também gestores da área de Agricultura e Segurança Pública para organizar a destinação das indicações de deputados. Os relatórios setoriais da LOA e do PPA deverão ser apresentados até o dia 24 de outubro.

Secretaria de Saúde do Estado apresenta relatório quadrimestral em audiência pública

Governo informou que, entre maio e agosto deste ano, destinou à saúde R\$ 5,3 bilhões

A secretária de saúde de Pernambuco, Zilda do Rego Cavalcanti, apresentou o relatório de gestão do 2º quadrimestre aos parlamentares da Comissão de Saúde da Alepe em audiência pública do colegiado realizada ontem. O documento engloba os meses de maio a agosto de 2023 e indica que no período R\$ 5,3 bilhões foram destinados à saúde no Estado.

De acordo com a chefe da pasta, o fim do estado de emergência pela pandemia do coronavírus ocorrido no último mês de junho trouxe a necessidade de desvincular verbas até então destinadas exclusivamente a casos de covid-19. “Existem recursos que são vinculados à covid e há, por parte dos Estados, uma solicitação para que sejam desvinculados. É necessário ter dinheiro para a realização, por exemplo, de mutirões de cirurgias reprimidas por conta da pandemia. Isso não deixa de ser uma sequela do coronavírus. O uso dos re-

ursos deveria ser liberado”, disse a gestora.

Zilda Cavalcanti destacou ainda que a Secretaria criou uma política para o tratamento de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). A condição está relacionada a infecções virais ou bacterianas que causam comprometimento da função respiratória com necessidade de hospitalização e suporte ventilatório e não ocorre apenas em pacientes diagnosticados com covid-19.

CIRURGIAS

A secretária informou também que, na comparação com o segundo quadrimestre de 2022, houve aumento no quantitativo de procedimentos realizados, sobretudo no número de cirurgias eletivas concluídas. Foram cerca de 127 mil entre maio e agosto deste ano, frente ao total de 70 mil contabilizadas no mesmo período do ano passado. O acréscimo se deve ao trabalho de intensificação dos procedi-



FOTO: NANDO CHIAPPETTA

MUDANÇAS – Secretária Zilda do Rego Cavalcanti (sentada à esquerda) demandou a desvinculação dos recursos da covid-19

mentos e mutirões de cirurgia com o objetivo de atender a demanda que já existia antes e foi agravada pela pandemia.

O relatório registrou aumento de 8,8% no montante de cirurgias realizadas.

Além dos deputados,

participaram da audiência secretários-executivos, diretores e outros integrantes da equipe da Secretaria Es-

tadual de Saúde, representantes do Conselho Estadual de Saúde e do Sindicato dos Médicos de Pernambuco.

Reconhecimento

Homenagem aos 50 anos do Programa Nacional de Imunizações

No último dia 18 de setembro, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), vinculado ao Ministério da Saúde, completou 50 anos. Para celebrar a consolidação da iniciativa, a Alepe realizou, na última terça (17), uma sessão solene em homenagem ao programa. A iniciativa foi uma proposição da deputada Socorro Pimentel (União). “Desde que foi estabelecido, o PNI é um marco histórico para a saúde pública do País. A ação foi concebida como um programa destinado a fortalecer ações permanentes e rotineiras de vacinação, que têm como objetivo proteger a população contra doenças imunopreveníveis”, ressaltou a parlamentar, que é médica pediatra. Participaram da solenidade o superintendente do Ministério da Saúde em Pernambuco, Rosano Freire Carvalho; a secretária de Saúde de Pernambuco, Zilda Cavalcanti; o representante da Sociedade Brasileira de Imunizações e da Sociedade de Pediatria de Pernambuco, Eduardo Jorge da Fonseca; e o diretor-presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems/PE), Artur Amorim. Zilda Cavalcanti ressaltou a importância da vacinação para a erradicação de doenças imunopreveníveis. “Durante a pandemia da covid-19, vimos como a experiência do PNI rapidamente deu vazão à demanda de vacinas em todo País e, mais do que isso, diminuiu os riscos de contágio”, disse. Como parte das comemorações dos 50 anos do PNI, no próximo sábado (21), a partir das 9h, haverá o Dia D da Multivacinação no Centro Cultural Miguel Arraes, em Jaboatão dos Guararapes. A ação é fruto de uma articulação entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Estadual de Saúde.



FOTO: GIOVANNI COSTA

Comissões aprovam projetos sobre violência contra a mulher e enfrentamento ao racismo

Outra matéria aprovada trata da meia-entrada para beneficiários do Bolsa-Atleta

A Comissão de Segurança Pública aprovou ontem projetos que visam assegurar a integridade das mulheres e garantir sua participação na política. Uma das propostas foi referente ao Substitutivo aos projetos de lei nº 97/2023 e 577/2023, vetando a nomeação de cargos no poder público para pessoas condenadas por crimes de violência contra mulher.

Nesse sentido, também ganhou aprovação o Projeto de Lei nº 795/2023. O texto prevê o estabelecimento da prioridade na tramitação de processos e procedimentos da administração pública sobre os interesses de mulheres vítimas de violência. “Nós sabemos que o nosso Estado está tendo um grande índice de violência contra mulher, sobretudo feminicídio, e projetos como esses só enaltecem a luta e a defesa das nossas mulheres”, declarou o deputado Joel da Harpa (PL).

Na reunião estavam presentes alguns civis que solicitaram à Comissão, por meio de um ofício, o encaminhamento de um pedido de informação ao Governo do Estado sobre a nomeação do concurso da Polícia Penal e a execução da sentença judicial que diz respeito à retirada de policiais homens de presídios femininos. Presidente da Comissão, o deputado Fabrizio Ferraz (Solidariedade) informou que fará os devidos encaminhamentos.

MEIA-ENTRADA

A Comissão de Esporte aprovou ontem o Projeto de Lei nº 80/2023, que garante meia-entrada para atletas e paratletas beneficiários do Bolsa-Atleta em estabelecimentos esportivos. A matéria foi aprovada por unanimidade nos termos do Substitutivo nº 03/2023 da Comissão de Administração Pública.

Para o deputado João Paulo Costa (PCdoB), autor da iniciativa, a determinação visa não só fomentar a cultura, mas também complementar a formação desses cidadãos. “O objetivo é valorizar todas as

modalidades, dando condições para os atletas buscarem o seu futuro através do esporte, estimulando a participação dessas pessoas em importantes eventos do nosso Estado”, explicou.

OPRESSÕES

Projetos de lei relacionados à prática esportiva também avançaram na Comissão de Administração Pública. O Projeto de Lei nº 831/2023, proposto pela deputada Rosa Amorim (PT), prevê a criação do Protocolo de Combate às Opressões nos estádios e arenas esportivas de Pernambuco. A medida altera a Lei nº 17.522/2021, que trata das penalidades administrativas em casos de racismo, LGBTQI+fobia e discriminação e ofensas contra mulheres.

O protocolo defendido pelo projeto inclui a possibilidade de qualquer cidadão reportar uma conduta discriminatória a autoridades presentes na ocasião. A informação deverá ser repassada ao juiz do torcedor, ao organizador do evento e demais órgãos competentes. O documento ainda torna obrigatória a interrupção da partida em caso de denúncia, e encerramento se houver reincidência.

Já o Projeto de Lei nº 1129/2023, de autoria do deputado Romero Albuquerque (União), institui a Campanha Estadual de Combate ao Assédio e à Violência Sexual praticados contra crianças e adolescentes nos locais de treinamento e eventos de práticas desportivas. Entre as ações previstas, estão a divulgação de campanhas nos intervalos de eventos em estádios e a formação permanente de profissionais que atuam nesses locais. O texto foi aprovado com uma Emenda da Comissão de Justiça.

AUDIÊNCIAS

A Comissão de Cidadania aprovou a realização de debates sobre políticas públicas nas áreas de segurança, igualdade racial e com foco na terceira idade. Esses segmentos tam-



FOTO: JARBAS ARAÚJO

PROIBIÇÃO – Colegiado de Segurança deu aval a projeto que veta condenados



FOTO: PAULO PEDROSA

ADMINISTRAÇÃO – Projetos relacionados à prática esportiva avançaram no colegiado



FOTO: JARBAS ARAÚJO

AUDIÊNCIAS – Comissão de Cidadania vai realizar debates sobre políticas públicas

bém estiveram presentes nas temáticas das proposições aca- tadas na reunião do colegiado realizada ontem.

Conforme anunciado pela presidente do colegiado, Dani

Portela (PSOL), o grupo fará uma audiência pública no dia 16 de novembro, a pedido do deputado João Paulo (PT), para tratar da situação da segurança em Pernambuco. A dis-

cussão será feita em conjunto com a Comissão de Segurança Pública da Alepe.

Dani ainda expôs as ações adotadas após os assassinatos de dois policiais e seis pesso-

as de uma mesma família em Camaragibe (Região Metropolitana do Recife), em setembro, com indícios de execuções sumárias e chacina motivada por vingança. Os pedidos feitos ao Governo do Estado incluem a imediata apresentação dos planos de redução de violência letal e de segurança pública, além do apoio às vítimas sobreviventes e familiares.

“O último dia 3 de outubro seria o dia em que a governadora apresentaria o novo plano de segurança pública para o Estado de Pernambuco, intitulado Juntos Pela Segurança, que substituirá o Pacto Pela Vida. Contudo, mesmo já tendo se passado dez meses do início do governo, mais uma vez a governadora anunciou que foi adiado, e ainda estamos aguardando este lançamento”, criticou a parlamentar, que é líder da Oposição na Casa.

O colegiado ainda aprovou o encaminhamento de pedidos de informações ao Governo sobre os casos dos ex-policiais militares que buscam na Justiça a revisão das exonerações *ex officio* que sofreram ainda durante a ditadura militar – muitos sem direito a ampla defesa ou, sequer, instauração de processo. A medida havia sido solicitada pela Associação de Cabos e Soldados e Bombeiros Militares (ACS-PE).

A Comissão de Cidadania também acatou o pedido de audiência pública feito pela Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Pernambuco. O debate, ainda sem data definida, deve abordar questões como saúde, mobilidade e habitação.

O grupo parlamentar deu aval também a projetos que estabelecem novos objetivos para a Política de Incentivo e Educação Tecnológica para a Terceira Idade e instituem a Campanha Estadual de Conscientização sobre a Depressão nos idosos. As iniciativas dessas matérias partiram, respectivamente, dos deputados Simone Santana (PSB) e Pastor Cleiton Collins (PP).

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 001353/2023

Cria a Política “Cuidar de Quem Cuida”, para a atenção aos cuidadores exclusivos de pessoas com deficiência, e define diretrizes para a sua implementação em Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**DECRETA:**

Art. 1º Fica criada a Política “Cuidar de Quem Cuida”, para a atenção aos cuidadores exclusivos de pessoas com deficiência em Pernambuco.

Art. 2º Para os fins de aplicação desta Lei entende-se por cuidador exclusivo o responsável por pessoa com deficiência que não aufera renda própria e cujo dependente possua a necessidade de acompanhamento em tempo integral.

Art. 3º A política “Cuidar de Quem Cuida”, a que se refere esta Lei, tem como objetivos:

I - o acompanhamento dos cuidadores, com vistas ao melhoramento de sua qualidade de vida;

II - a promoção da inserção social das pessoas com deficiência e de seus cuidadores exclusivos; e

III - a concessão de assistência financeira aos cuidadores exclusivos nos casos especificados na presente Lei.

Art. 4º São diretrizes para a implementação da Política “Cuidar de Quem Cuida”:

I - a complementaridade entre as ações de assistência às pessoas com deficiência e a seus cuidadores exclusivos;

II - o acompanhamento permanente por equipe de apoio psicológico multidisciplinar;

III - a adaptação dos serviços e do suporte fornecidos às necessidades específicas de cuidadores de pessoas com diferentes tipos de deficiência;

IV - a promoção do acesso dos cuidadores a informações relevantes sobre a deficiência e os cuidados necessários;

V - o monitoramento e ajustamento contínuo desta Política.

Art. 5º O Poder Executivo deverá avaliar a possibilidade de instituir um auxílio financeiro aos cuidadores exclusivos pelo tempo que permanecerem nesta condição, incluindo-os nos programas de auxílios, bolsas ou distribuição de renda já implantados em Pernambuco.

§ 1º O benefício a que se refere o caput ficará sujeito à comprovação periódica do não recebimento de renda própria e de laudo médico que ateste a necessidade de cuidado de seu dependente em tempo integral.

§ 2º A concessão da assistência financeira a que se refere o caput não representará prejuízo ao recebimento do Benefício de Prestação Continuada - BPC, concedido nos termos da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, bem como de outros eventuais benefícios aos quais tiverem direito.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto tem o objetivo de criar uma política de atenção aos cuidadores exclusivos de pessoas com deficiência, a ser denominada “Cuidar de Quem Cuida”. A necessidade de se implementar uma política com este objetivo decorre da compreensão de que as mães, pais e responsáveis investidos no cuidado e tempo integral das pessoas com deficiência também merecem ser, de forma complementar à assistência prestada às PCDs, beneficiadas do apoio estatal, através da garantia de seus direitos, da promoção de sua saúde física e mental, bem como da garantia de sua inclusão social. Além disso, a política pode ajudar a mitigar o ônus financeiro que esses cuidadores muitas vezes não são capazes de enfrentar, por não poderem se inserir no mercado de trabalho dadas as necessidades de seus dependentes.

A implementação da política “Cuidar de Quem Cuida” política é, pois, fundamental para a inclusão e bem-estar dois cuidadores exclusivos de pessoas com deficiência. Além disso, confirma a importância dos cuidadores no cuidado e na inclusão das pessoas com deficiência. Por essas razões, pedimos o apoio dos Nobres Pares Na aprovação do projeto.

Sala das Reuniões, em 18 de Outubro de 2023.

**GILMAR JUNIOR
DEPUTADO**

Às 1ª, 2ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões.

Proposição sujeita a análise de impacto orçamentário nos termos do art. 250-a do regimento interno.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001354/2023

Submete a indicação da Festa de Santo Antônio, do município da Vitória de Santo Antão, para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**RESOLVE:**

Art. 1º Fica submetida a indicação da Festa de Santo Antônio, realizada anualmente no mês de janeiro, no município da Vitória de Santo Antão, para obtenção da Concessão do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco, nos termos da Lei nº 16.426, de 27 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Única cidade de Pernambuco a ter Santo Antônio como padroeiro, Vitória de Santo Antão, realiza, anualmente, no mês de janeiro, a tradicional festa, que, em 2025, completará 400 anos.

A devoção a Santo Antônio chegou à cidade, situada a 50 quilômetros de Recife, com o fundador, o português, Diogo de Braga, natural de Cabo Verde, que chegou ao Brasil em idos de 1626 na região com familiares e resolveu se fixar.

Por sua formação católica, construiu uma capela em homenagem a Santo Antônio, que era o padroeiro e nome da ilha onde Braga viveu, antes de sua viagem ao nosso país. Ao redor da capela, surgiu um povoado, anos mais tarde, deu origem à cidade.

Nascido no ano 250, perto de Heracleia, no Alto Egito, Santo Antônio é considerado o Santo da Renúncia, por ter renunciado aos bens materiais, atendendo ao chamado do Senhor, em momento de recolhimento, para dedicar-se à fé católica.

Viveu 85 anos, dos quais 20 no deserto. Faleceu no dia 17 de janeiro do ano 356, aos 107 anos, em uma caverna do Monte Colzim. Sua imagem na Matriz de Santo Antônio, em tamanho natural, é apresentada em trajes e insígnias episcopais.

Próxima a completar 400 anos, em janeiro de 2025, a Festa do Padroeiro Santo Antônio se constitui em um dos grandes eventos do calendário religioso do município.

Em face do exposto, mais que procedente a presente homenagem, consolidado através do presente Projeto de Resolução, essa relevante tradição na comunidade católica vitorienense.

Solicitamos, desse modo, o importante apoio dos Nobres Parlamentares à aprovação do Projeto em tela.

Sala das Reuniões, em 18 de Outubro de 2023.

**JOAQUIM LIRA
DEPUTADO**

Às 1ª, 5ª comissões.

Indicação**Indicação Nº 004346/2023**

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exm. Sr. Secretário de Defesa Social, Alessandro Carvalho, no sentido de estudar viabilidade para implantar estrutura e alocação de pessoal técnico qualificado, que permita o funcionamento de Instituto de Medicina Legal, nos Municípios de Serra Talhada e Ouricuri. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social.

Justificativa

A alta necessidade nesta região, visto que existe uma demanda constante de serviços especializados desse Instituto. Salientamos que só possuímos esse tipo de atendimento em Petrolina, Caruaru e Recife, em todo Estado de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 19 de Setembro de 2023.

**KAIO MANIÇOBA
Deputado**

Requerimentos**Requerimento Nº 001193/2023**

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um voto de congratulações pelos 55 anos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), a ser celebrado em 15 de outubro do corrente ano.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Ranilson Brandão Ramos, Presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Dirceu Rodolfo de Melo Júnior, Vice-Presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Valdecir Fernandes Pascoal, Conselheiro do Tribunal de Contas de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Marcos Loreto, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Carlos Neves, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Eduardo Porto, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Rodrigo Novaes, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Justificativa

O presente requerimento tem por finalidade congratular o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), pela passagem dos seus 55 anos de serviço exemplar à sociedade pernambucana.

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco foi criado por meio da Lei Estadual nº 6.078, de 12 de dezembro de 1967, como órgão auxiliar da Assembléia Legislativa no controle externo da administração financeira e orçamentária estadual, função que era exercida anteriormente pelo Tribunal da Fazenda do Estado, que foi extinto automaticamente após instituição do TCE. Apesar da formalização legal, o Tribunal de Contas só veio a ser instalado oficialmente no dia 15 de outubro de 1968 quando o então governador Nilo de Souza Coelho empossou cinco ministros: Orlando Moraes, Jarbas Cardoso de Albuquerque Maranhão, Luiz Fernando Guedes Pereira, Fábio Corrêa de Oliveira Andrade e Sebastião Ignácio de Oliveira Neto. Desde então, a instituição evoluiu para acompanhar as mudanças e desafios da administração pública.

Com 55 anos de história, o TCE-PE tem desempenhado um papel importante na promoção da responsabilidade fiscal, na prevenção e combate à corrupção e na melhoria da qualidade dos serviços públicos no Estado. Sua atuação tem sido essencial para assegurar os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e em benefício da população pernambucana.

Assim, desejamos os melhores votos de parabéns para o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco por sua história notável e pelo compromisso contínuo com a promoção da ética e da eficiência na gestão pública do Estado.

Ante tais considerações, solicitamos dos nossos ilustres pares a aprovação deste requerimento em plenário.

Sala das Reuniões, em 11 de Outubro de 2023.

**ERIBERTO FILHO
Deputado
(REPUBLICADO)**

Requerimento Nº 001218/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizada uma Reunião Solene no dia 14 de dezembro de 2023, em homenagem aos 50 anos de fundação em Recife da Organização Palavra da Vida.

Justificativa

Estamos encaminhando este requerimento de Reunião Solene para o dia 14 de dezembro do corrente ano a fim de comemorar os 50 anos da Organização Palavra da Vida em Recife. A Palavra da Vida surgiu no ano de 1940 quando Jack Wyrzten, diretor-fundador, começou a pregar o evangelho nas ruas da Cidade de Nova Iorque, EUA. Com o passar dos anos, a Palavra da vida cresceu e tornou-se um ministério internacional servindo em mais de 70 países, alcançando os jovens com o evangelho de Jesus Cristo. Em 1973 foi fundada oficialmente a Organização Palavra da Vida Nordeste.

Nesse sentido, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres pares legislativos para a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 17 de Outubro de 2023.

**PASTOR CLEITON COLLINS
Deputado**

Requerimento Nº 001219/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um **Voto de Aplauso** à Igreja Evangélica Congregacional Pernambucana, na pessoa de seu Pastor, Nyelson Mendonça, pelo seu aniversário de 150 anos de fundação.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Nyelson Mendonça, Pastor da Igreja Evangélica Congregacional Pernambucana.

Justificativa

É com muita satisfação que venho aos meus ilustres pares prestar uma homenagem à Igreja Evangélica Congregacional Pernambucana, que neste mês celebra seu 150º aniversário de atividade. Esta igreja possui uma história rica e significativa que merece reconhecimento e louvor.

A Igreja Evangélica Congregacional Pernambucana é um marco indelével na história religiosa e social de nosso estado. Fundada durante o período do Império Brasileiro, ela representa não apenas uma instituição religiosa, mas também um farol de liberdade e diversidade religiosa. O seu fundador, Manoel José da Silva Vianna, um imigrante português que fugiu de perseguição religiosa em sua terra natal, desempenhou um papel vital na expansão do Cristianismo e na promoção da fé em solo brasileiro.

Vianna, incentivado por Robert Reid Kalley, fundador da Igreja Evangélica Fluminense e pioneiro na realização de cultos em língua portuguesa no Brasil, aceitou o desafio de fundar uma igreja em Recife, Pernambuco, na década de 1870. Sua dedicação a viver entre os mais pobres da cidade é um exemplo de altruísmo e compromisso com a comunidade que merece nossa admiração.

A Igreja Evangélica Congregacional Pernambucana, inicialmente estabelecida no Recife Antigo e agora localizada na Rua do Príncipe, 328, desempenhou um papel crucial na promoção da fé evangélica em língua portuguesa. Ela se tornou um símbolo de tolerância religiosa em um período em que a diversidade de crenças era menosprezada. Seu trabalho ao longo de 150 anos tem sido fundamental na construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa das diferentes manifestações de fé.

Portanto, considerando o relevante papel desempenhado pela Igreja Evangélica Congregacional Pernambucana na promoção da fé, na construção de uma sociedade mais inclusiva e na defesa da diversidade religiosa em nosso estado, é justo e apropriado que concedamos um voto de aplauso a esta instituição, como forma de reconhecimento de sua contribuição à nossa comunidade.

Solicitamos, portanto, que nossos nobres colegas aprovem este voto de aplauso como um gesto de apreço e reconhecimento à Igreja Evangélica Congregacional Pernambucana por seus 150 anos de serviço dedicado a Pernambuco e ao Brasil.

Sendo assim solicitado aos ilustres pares a aprovação deste voto de aplauso, desejando à Igreja Evangélica Congregacional Pernambucana, meus mais sinceros votos de sucesso.